

Coluna do Castello

Sarney motivado mas não definido

O presidente José Sarney está psicologicamente condicionado a bater forte na inflação e a mudar a imagem de governante perplexo diante dos problemas e vacilante na tomada de decisões. Ele ouviu conselhos do ex-ministro Otávio Gouveia de Bulhões e pela primeira vez ouviu análises sinceras feitas por assessores bastante próximos para serem confiáveis e suficientemente desinteressados para serem cridos. Há indicações do que técnica e politicamente o presidente pode fazer mas não há certeza de que as decisões esboçadas tenham sido efetivamente tomadas. Seus ministros sabem muito pouco do que se passa na cabeça de Sarney, à exceção talvez de Antônio Carlos Magalhães, que fala como se estivesse por dentro dela. Há os que presumem que vão ficar mas a maioria não sabe se será preservada, com exceção de Aluizio Alves, já convidado para o Superior Tribunal Militar.

No combate à inflação a determinação, segundo se deduz de declarações de Mailson da Nóbrega, é desindexar a economia não mais na escala do feijão com arroz mas de maneira acelerada. Rígido controle das emissões, não colocação de títulos públicos para financiar gastos e soltar, se necessário, taxas de juros seriam os pressupostos da préfixação de patamares decrescentes de preços e salários, abandonando-se a referência à inflação passada para pensar apenas em termos de futuro. O governo, por exemplo, pode projetar para fevereiro uma inflação de 24% e, mediante o controle dos indicadores referidos e do prévio assentimento dos pactuantes, conduzir a economia para um resultado aproximado. O pacto seria ainda o instrumento mais utilizado na base de decisões governamentais prévias de fazer cair o patamar da inflação e de gerir nesse rumo as finanças públicas.



Tal operação pressupõe determinação do governo e suporte social e político envolvendo empresários, trabalhadores e a representação partidária no Congresso Nacional. Mesmo porque as medidas de redução (a fixação do novo patamar funcionaria como redutor) podem envolver medidas legislativas que não se adotam sem consenso político e sem que o governo disponha de uma base mínima de apoio partidário. Essa circunstância haverá de condicionar outra faixa das decisões governamentais, principalmente a reforma administrativa, com redução de órgãos e economia de gastos de efeito não só psicológico como real. O presidente parece decidido a suprimir ministérios mas deve conferir a pauta de cortes com seus efeitos políticos.

Há ministérios que deveriam ser eliminados do organograma, como, por exemplo, o da Irrigação, o da Reforma Agrária, o da Ciência e Tecnologia, o da Cultura, o da Administração, etc. Mas será útil fazê-lo em face das carências políticas do governo? Seria rentável retirar do ministério o deputado Leopoldo Bessone ou Ralph Biasi? No plano mais alto, da confiabilidade técnica, seria inevitável manter Mailson e Abreu ou aconselhável situar nos postos nomes de mais peso na comunidade tecnocrática? Esses deverão ser pontos de meditação em Curupu e de avaliação em Brasília, quando Sarney voltar para definir suas opções. Por enquanto o presidente não deverá pensar em termos de sucessão mas de consolidação do governo para o eficiente combate à inflação. Seu peso na sucessão seria produto da competência com que enfrentar e resolver os problemas em pauta.